

Fiesp quer aval do Congresso à austeridade

MARCOS HENRIQUE



Carneiro (E) e Amato: agora, Congresso vai ouvir outros setores da sociedade para buscar um pacto

"O que mais preocupa os empresários agora é a hiperinflação", disse o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato. O líder empresarial apresentou no Congresso Nacional um conjunto de medidas de austeridade para evitá-la. "Parece que estamos trazendo um plano para salvar a Pátria", desabafou Amato, explicando tratar-se apenas de uma série de sugestões elaboradas pelos representantes de vários setores (comércio, indústria, agricultura, serviço, transporte e bancos) a serem apreciados pelos parlamentares.

O presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB/RJ), disse que o Congresso já vinha discutindo a crise econômica e pretende, em seguida, ouvir a sociedade civil. "Vossa excelência se antecipa à nossa convocação", disse em discurso improvisado, ao receber o documento das mãos de Mário Amato.

Carneiro acrescentou que o Legislativo pretende ouvir ainda representantes de trabalhadores e outras instituições representativas da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferências Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outros.

O deputado César Maia (PDT/RJ) disse que a iniciativa dos empresários "mostra vontade de colaborar, mas definitivamente não é um programa de estabilização", pois é composto de medidas soltas, que não têm efeito a curto prazo. Maia acredita que, para a aceleração inflacionária em curso, seria necessária outra natureza de medidas. Porém, acrescentou: "É uma atitude política louvável e positiva".

O deputado José Serra (PSDB/SP) disse que as medidas estão bem, mas são timidas e não têm envergadura para conter a hiperinflação. Serra acha que faltam medidas mais fortes nos planos fiscal e monetário. Ele concorda também que as medidas sugeridas são genéricas. "O Governo não está governando, e é insubstituível. Essa é a questão fundamental", acrescentou.

Mais moderado, o deputado Osmundo Rebouças (PMDB/CE) acha necessário estudar o impacto que as medidas causariam, para avaliar se elas são ou não capazes de conter a hiperinflação. Lembrou que o Congresso não decidiu se deve mandar ao Executivo sugestões de política econômica mais detalhadas. Rebouças apontou medidas que de fato reduziriam o déficit público, como colocar à venda imóveis e ativos societários não utilizados diretamente nas atividades fins do Estado (não inclui os imóveis funcionais), e outras inflacionárias, como o reajuste das tarifas e do câmbio.

PROPOSTAS

O documento foi elaborado por 85 empresários no último dia 14. É composto de nove propostas e alguns compromissos por parte dos empresários e do Congresso (veja quadro).

"Não é intenção dos empresários se sobrepor aos poderes constituídos da Nação. Apenas entendemos que, em um momento como o que estamos atravessando, é preciso a união de todos os cidadãos brasileiros em torno de objetivos comuns, capazes de preservar a normalidade democrática e estimular a retomada do desenvolvimento econômico", diz o documento.